

UMA PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

#8

JUL-SET 2008
2ª EDIÇÃO EM 2010

energia



SUSTENTABILIDADE • ECONÔMICA • AMBIENTAL • SOCIAL

- Controle dos impactos • Conservação da biodiversidade
- Respeito às comunidades • Educação e saúde
- Transparência e diálogo



O HOMEM E A USINA

O dia seguinte das pessoas que fazem parte da história da geração de energia no Brasil.

O QUE NÃO TEM PREÇO

*O medo da mudança, o desassossego...
Pág. 3*

TRANSFORMAÇÃO NA PRÁTICA

O antes e o depois que envolvem a construção de um megaempreendimento. Pág. 3

GERAÇÃO DE ENERGIA

*Um divisor de águas na vida da população.
Pág. 7*

O Instituto Acende Brasil é um Centro de Estudos que desenvolve ações e projetos para aumentar o grau de **Transparência e Sustentabilidade** do Setor Elétrico Brasileiro. Para alcançar este objetivo, adotamos a abordagem de Observatório do Setor Elétrico Brasileiro.

Atuar como um **Observatório** significa pensar e analisar o setor com lentes de longo prazo, buscando oferecer à sociedade um olhar que identifique os principais vetores e pressões econômicas, políticas e institucionais que moldam as seguintes dimensões do Setor Elétrico Brasileiro:



AGÊNCIAS REGULADORAS



GOVERNANÇA CORPORATIVA



IMPOSTOS E ENCARGOS



LEILÕES



MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE



OFERTA DE ENERGIA



RENTABILIDADE



TARIFA E REGULAÇÃO

Presidente: Claudio J. D. Sales
Diretor Executivo: Eduardo Müller Monteiro
Assuntos Econômicos e Regulatórios: Richard Lee Hochstetler
Desenvolvimento Sustentável: Alexandre Uhlig
Análise Política: Cibele Perillo
Staff: Eliana Marcon e Melissa Oliveira

São Paulo:
Rua Joaquim Floriano, 466 Edifício Corporate, conj. 501
CEP 04534-004, Itaim Bibi - São Paulo, SP, Brasil
Telefone: +55 (11) 3704-7733

Brasília:
SCN Quadra 5, Bloco A, sala 1210
Brasília Shopping and Towers
CEP 70710-500 - Brasília, DF, Brasil
Telefone: +55 (61) 3963-6007

Email Corporativo: contato@acendebrasil.com.br

Assessoria de Imprensa: Tania Regina Pinto
Telefone: +55 (11) 3704-7733 / (11) 8383-2347

Energia, uma publicação do Instituto Acende Brasil, aborda a sustentabilidade nas suas três dimensões: econômica, ambiental e social.

Versão impressa e online: www.acendebrasil.com.br

Jornalista Responsável: Tania Regina Pinto (Mtb 11.580)

Projeto Gráfico e diagramação: Cacumbu Design

Ilustrações: Rafael Cazes

Tiragem da 1ª edição: 2.000 exemplares

Nos dias atuais, a construção de uma usina em território nacional, além de produzir energia, gera inclusão social. A hidrelétrica de Estreito, por exemplo, desde 2006, está colocando de volta no mapa do Brasil doze municípios na divisa entre o sul do Maranhão e o norte do Tocantins. Lá, vive um povo que ostenta os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil e do mundo. O IDH mede o acesso à saúde, à educação e à renda. A população desta região trabalha hoje para comer hoje mesmo e mantém suas relações comerciais na base da troca, já que falta dinheiro. É um povo que só agora, em pleno século XXI, começa a ter acesso a mínimas condições de vida, de moradia, de higiene. Vaso sanitário, descarga, chuveiro elétrico e banheiro, coisas comuns para muitos, ainda não fazem parte do dia-a-dia dessa gente.

Um processo já vivido na outra ponta do país, na região Sul, onde, com a chegada das usinas hidrelétricas Barra Grande e Campos Novos, na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assistiu-se ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, o incremento do turismo e das opções de lazer, o aumento da população com casa própria, a mecanização da agricultura, a melhoria na qualidade de vida das famílias.

Gerar energia representa desenvolvimento para o Brasil e para muitos brasileiros não reconhecidos pelo Governo, pois vivem sem documento. São empreendimentos que geram valor para empresários, para os cofres públicos e para a sociedade. Nas comunidades, as empresas que constroem usinas assumem o papel do Estado ao investir na infraestrutura para o atendimento básico à saúde, à educação e à segurança. Elas garantem capacitação profissional, diminuição do analfabetismo, oportunidade de emprego para quem está na vida adulta, perspectiva de futuro para crianças e jovens que nunca foram à escola...

Mas reconhecer que essa população funciona por uma lógica diferente, que tem sua cultura própria, que cada povo é um povo, que não é possível aplicar um modelo de reassentamento do sul no norte do país, e vice-versa, é um dos caminhos para gerenciar o processo de mudança com a lente humana.

Uma usina é um megaempreendimento que vai interferir, sim, na vida das pessoas, nas suas tradições, nas suas relações de vizinhança. Uma usina é um megaempreendimento que chega para transformar. É uma chance de mudança. E mudanças nunca são aceitas por todos. Geram inquietação, desassossego... No campo ou na cidade, todos temos medo de mudanças. O fundamental é que haja respeito aos valores individuais e que seja construído um diálogo aberto e sem intermediários entre comunidades e empreendedores.

Claudio J. D. Sales

Presidente do Instituto Acende Brasil

Esta edição do **Energia** foi elaborada a partir de entrevistas com famílias que vivem na área de influência da usina hidrelétrica Estreito, em construção no norte do país; de famílias já reassentadas no sul do Brasil, pelas usinas hidrelétricas Barra Grande e Campos Novos, e com profissionais das áreas de comunicação, sociologia e economia com experiência em deslocamento de populações.

mais que **DINHEIRO**

Há coisas que o dinheiro não paga. Mudar, realocar, remanejar pessoas é a questão mais delicada no processo de implantação de uma usina. A contrapartida é progresso individual, coletivo, local, nacional... Mas cada ser humano carrega sentimentos ligados à terra onde viveram seus pais e avós, onde nasceram, cresceram, enterraram o cordão umbilical do primeiro filho, plantaram suas árvores... E isso não tem preço.

Quando um empreendimento chega, traz consigo profundas transformações na região onde se instala. Altera o ecossistema, a paisagem local, a economia, a oferta de emprego, a arrecadação de impostos, as condições de infra-estrutura. Mas quem primeiro sente as mudanças são as pessoas que vivem no lugar. Elas têm laços com a terra, com a vizinhança, com o meio ambiente, com o jeito de levar a vida, garantindo o pão de cada dia no próprio dia, trocando farinha por feijão...

Como remanejar essas pessoas sem romper a delicada teia social e afetiva que as une? Como fazer que elas continuem plantando e obtendo seu alimento longe das margens do rio, onde em se plantando tudo dá, sem necessidade de trabalhar a terra? Como manter as tradições da comunidade e garantir que todos se sintam satisfeitos com a mudança repentina de vida?

Para a socióloga Nilva Lopes Mariano, gerente de projetos sociais das empresas responsáveis pela usina hidrelétrica Estreito, em construção na divisa dos estados do Maranhão e de Tocantins, não se pode generalizar o sentimento da população ribeirinha quando chega o empreendimento. Cada pessoa, cada família, é uma história.

“Tem gente que acha a vida maravilhosa, mesmo com a casa caindo aos pedaços, infestada de barbeiro (inseto que provoca doença de Chagas). São valores diferentes. Mas tem gente também que quer muito vender a casa e está contente com a possibilidade de mudar de vida”, conta Nilva, que já trabalhou nas usinas hidrelétricas Cana Brava, em Goiás, e São Salvador, no Tocantins. >>

O HOMEM E O PROGRESSO

Na cidade grande, com a chegada do metrô, por exemplo, muitas famílias são obrigadas a mudar.

Proprietários de imóveis são indenizados. Já os inquilinos têm de contratar o caminhão de mudança, fazer as malas e buscar outro lugar para viver. Nos locais onde se vai construir uma usina hidrelétrica a história é diferente. Ganham proprietário e inquilino. E isso é só o começo. **Energia** ouviu alguns moradores que já saíram ou estão prestes a sair de suas casas.



“Moro há 28 anos nessa casa que vai para debaixo d’água. Tive 11 filhos. Agora, oito parentes moram comigo, mas só eu tenho salário, aposentadoria. Comida eu consigo andando pela cidade. Mas, além da casa, eu queria um dinheiro pra comprar guarda-louça, cadeira...”

Minelvina Cabral de Oliveira, de Carolina (MA), que só espera a casa que escolheu ser reformada para mudar e, pela primeira vez, aos 77 anos, tornar-se proprietária de um imóvel. O reservatório da usina Estreito vai inundar a rua onde vive.



“Ao mesmo tempo, comenta a socióloga, ouço mulheres reclamando que têm de trabalhar muito mais na casa nova, porque têm que limpar o chão, o banheiro, quando antes viviam em casa de piso batido, sem banheiro. E outras, mães, felizes por os filhos estarem mais próximos da escola, pela facilidade de vender seus produtos na feira.”

“A maioria das famílias, que vê seus filhos com perspectiva de futuro, enxerga o remanejamento de maneira diferente”, confirma a psicóloga Lisandra Fachinelli Soethe. Ela vive o dia seguinte da construção de usinas hidrelétricas no sul do país e acompanha o trabalho realizado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoeste) junto a populações que tiveram de se mudar com a chegada da usina hidrelétrica Barra Grande, no rio Uruguai.

“Mas – salienta a psicóloga - há os que vão continuar seu estilo de vida: ganhando pouquinho, plantando pouquinho, colhendo pouquinho. Para as famílias que viviam mais isoladas, sem banheiro dentro de casa, sem energia elétrica, o contato com bens básicos da sociedade moderna é um choque. Pessoas que nunca haviam usado a descarga, tomado banho quente de chuveiro, usado geladeira, não entendem o funcionamento desses aparelhos. O que, para nós, é sinônimo de conforto, para eles são despesas sem sentido, que vão forçá-los a trabalhar duro.”

Lisandra costuma ouvir coisas do tipo: “Para mim, era melhor ficar na beira do rio. Não precisava trabalhar muito.

Vivia um dia por vez, sem me preocupar com conta de luz, conta de água. Se meu filho não fosse pra escola, não vinha ninguém pegar no meu pé.”

Muitos arrendatários, posseiros e meeiros que viraram proprietários preferem trabalhar como prestadores de serviço e não ter que administrar uma propriedade rural. Mesmo com toda a assistência, eles não conseguem administrar a propriedade, lidar com toda a logística, comprar insumo, trabalhar a terra com maquinário.

“Conheço uma família grande (pai, mulher, filho, nora...) que tinha um trabalho quase escravo, em troca de casa e comida. Eles receberam os benefícios do remanejamento, têm suas terras, mas voltaram a trabalhar prestando serviço para o antigo fazendeiro”, conta Lisandra.

“Todo empreendimento tem por objetivo transformar a vida das pessoas para melhor. Isso inclui novas tecnologias. Mas nem todos se adaptam. Para se ter uma idéia, só 50% das instalações de irrigação dão certo. Tem gente que não quer gastar com energia elétrica para a irrigação”, exemplifica Nilva Lopes, tendo por base sua experiência no norte do país.

O caminho do meio

“No Centro-Oeste, no Norte e Nordeste, por exemplo, não importa o valor da terra, a qualidade da terra, mas a quantidade de terra que se tem. É uma diferença cultural de



“Com a enchente do rio Tocantis em 1980, a gente perdeu tudo que tinha. Mas Deus me colocou aqui, na beirinha do rio, pra ganhar uma casa nova e maravilhosa. Eu já mudei de casa mais de dez vezes. Vai ser ruim de criar costume longe do rio. Parece que a gente enche a barriga olhando pro rio. Mas lá cada um vai ter o seu quarto. A gente vai ter galinha, verdura pra vender. Aqui é complicado, todo mundo é dono da galinha. A gente começa a criar e os vizinhos mata pra cumê. Eu plantei meu pé de manga aqui. E vou plantar outro na casa nova.”

Maria Pereira da Siva que vive com sua família, há oito anos, bem na beirinha do rio, em Carolina (MA). Com a chegada da usina Estreito, prepara-se para mudar para uma casa com quatro quartos.

“A casa é minha e do meu ex-marido. Então, a gente vai dividir o dinheiro. Eu não entendo muito esse negócio da usina. Uns dizem que vai ser bom, outros dizem que não. Na minha vontade, eu preferia ficar na minha casinha. Me criei nesse pedaço de rua. Antes, tinha ilusão que eles não vinham. Quando tô com calor vou no rio, tomo banho de roupa e tudo e subo fresquinha. Mas o que eu vou sentir falta mesmo é dos vizinhos, das minhas irmãs. Minha vida é essa, ficar aqui fazendo crochê. Minhas filhas mandam um trocadinho pra mim. Elas vivem em Goiânia. Minha saúde não é boa, tenho enfizema pulmonar e só estou esperando resolver esse negócio para ir me cuidar em Goiânia.”

Maria Raymunda Rodrigues dos Santos, de Carolina (MA), que aguarda avaliação de sua casa pelo consórcio que constrói a usina Estreito para receber sua indenização em dinheiro.



uso da terra. No Sul, o solo é melhor, a população rural tem mais proximidade com a tecnologia. No Norte não. No Sul, valem mais três alqueires de terra agricultável do que 30 alqueires de terra não fértil. No Norte, eles querem os 30 alqueires”, compara a socióloga Nilva Lopes.

Devolver a sensação de pertencimento, de inclusão, a estas comunidades não é tarefa simples. Algumas experiências têm sido feitas nessa direção. Em Barra Grande (SC/RS), por exemplo, são realizados programas de visita da população remanejada à usina para que ela entenda o que aconteceu no lugar onde ela vivia e veja, com os próprios olhos, a grandiosidade da obra que, de alguma maneira, ajudou a realizar.

“Nessas visitas vejo pessoas que dão graças a Deus por terem deixado sob as águas suas tristezas, experiências ruins. E outras que se lembram das coisas boas que viveram no lugar”, conta Lisandra.

Além da integração com a usina, em Barra Grande se investe no trabalho lúdico, nas dinâmicas de grupo, na interação entre as comunidades, por meio do respeito à cultura, ao calendário de festividades e da promoção de visitas entre antigos vizinhos.

Os cursos de capacitação de mão-de-obra também possibilitam que mulheres e jovens, em especial, reúnam-se e conversem sobre o dia-a-dia, sobre as mudanças. “Assim, as pessoas vão trabalhando suas perdas, ficando felizes com

Na página ao lado, a psicóloga Lisandra Fachinelli conversa com dona Maria da Glória, do sul do país, cuja família recebeu carta de crédito para aquisição de uma casa e área de 32 hectares de terra para cultivo, devido à construção da usina Barra Grande.

Na foto do alto, sr. Ramílio Alves da Silva na varanda e dona Clarinda Luiza da Silva, na porta da casa onde vivem até hoje. O casal recebeu terra e uma casa nova quando da construção da usina Barra Grande, no sul do país, em 2005, mas optou por não mudar.

Na outra foto, sr. Ramílio na cozinha com chão de terra batida, o “fogo de chão”, forma tradicional de manter a casa aquecida, defumar carnes e aquecer água.

suas conquistas... É uma espécie de terapia de grupo. Muitas delas começam a encarar as coisas de maneira diferente depois de um encontro desses”, comenta a psicóloga.

A jornalista Aghane Carvalho, que está no Maranhão, conta a história das pessoas que vivem no Povoado de Santana, na beira da estrada, próximo à Estreito: “São cerca de 60 famílias, a maioria analfabeta, que vive para comer, mais nada. Não têm acesso aos meios de comunicação, a programas governamentais.”

“A usina está tirando essas pessoas do completo esquecimento, tirando-as de uma situação de exploração sexual, de doenças por falta de saneamento básico, do alcoolismo, da velhice abandonada e dando a elas perspectiva de futuro”, compara a jornalista. >>



“A gente não tem direito de resolver nada. Eles estão resolvendo pela gente. Não tem como lutar contra os fortes. Vai ser bom ter uma casa minha. Tô com esperança. Mas só vou acreditar quando estiver com a chave na mão. A casa que eu escolhi tem três quartos, sala, cozinha, área na frente, quintal, garagem, é bem maior do que a que eu vivo. Mas eu não pedi pra sair daqui. Cresci aqui, me criei aqui. Minha família toda mora nessa rua – mãe, pai, avó... Agora vou para um lugar estranho, onde não vou conhecer ninguém. Não sei quem vão ser os meus vizinhos. Não vou poder mais deixar a porta aberta. A gente queria reproduzir a rua em outro lugar, mas não é possível.”

Ângela Maria da Conceição Moura mora em Carolina (MA) com o marido, três filhos e dois sobrinhos, e está esperando carta de crédito de R\$ 25 mil e um ano de cesta básica. Ela é inquilina numa casa que está na área de influência do reservatório da usina Estreito.



A economista Cassandra Gelsomino gerencia os projetos econômicos e de comunicação social da usina Estreito, em construção no norte do país.

R\$ 6 por 12 horas

Outra situação vivida no Maranhão é a das quebradeiras de coco de Babaçulândia – município que terá 4% de sua área alagada pelo reservatório da usina Estreito. Lá, 16 mulheres vivem de quebrar coco – uma tradição que passa de mãe para filha. Com o empreendimento, a área das quebradeiras será inundada e o babaçu irá para debaixo d'água. E elas não poderão mais ganhar R\$ 6,00 por 12 horas de trabalho, quebrando coco com machado.

“O empreendimento chega em Babaçulândia num momento em que as quebradeiras estão cansadas de quebrar coco, cansadas de vender o fruto de seu trabalho para o atravessador que é quem lucra com a atividade extrativa. De entrar na mata para pegar o coco e voltar para casa, carregando peso e com a cabeça cheia de piolho”, comenta Cassandra Gelsomino Molisani, gerente de projetos econômicos e de comunicação social do empreendimento.

A construção da usina Estreito não vai impedir a coleta do babaçu. Um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostra que o reservatório não vai alterar os mercados de produção, coleta e venda na cadeia do extrativismo. Mas as quebradeiras já descobri-

AS FORMAS DE INDENIZAÇÃO

As famílias que têm de sair da área próxima ao rio, por conta da construção de uma usina hidrelétrica, têm três opções de indenização:

- Em dinheiro.
- Reassentamento Rural Coletivo: a família que opta por este benefício recebe uma área preparada para exploração agrícola, com casa de alvenaria e galpão, abastecimento de água e energia elétrica e estrada de acesso à propriedade.
- Carta de Crédito ou auto-reassentamento: famílias que preferem buscar uma solução individual se responsabilizam pela procura de um imóvel com valor compatível ao da indenização a que tenham direito e contam com apoio direto da usina para a compra da nova propriedade, que é vistoriada antes de ser adquirida.

ram que o babaçu é matéria-prima também para o artesanato e que elas podem comercializar seus produtos sem atravessadores.

Este, aliás, é um dos caminhos para minimizar o impacto gerado por grandes empreendimentos, na opinião da psicóloga Lisandra Fachinelli: apresentar novas técnicas às mulheres artesãs, mas respeitando a matéria-prima utilizada na região e a forma de fazer.

O ideal, também, na opinião da psicóloga, seria as pessoas ficarem o mais próximo possível de seu local de origem, de preferência na mesma comunidade. “Isso aumenta muito a possibilidade de sucesso do remanejamento.”

Vale salientar, entretanto, que cada pessoa da comunidade escolhe qual forma de indenização prefere. (ver quadro acima)

“No final, os benefícios são maiores que a adversidade que se possa causar”, considera a economista Cassandra Gelsomino. “Existe, sim, uma preocupação social com os novos habitantes. Há uma cultura estabilizada e chegam pessoas de fora da região. Mas, ao mesmo tempo, a agricultura familiar está sendo estruturada. Não vamos transformar todos agricultores em empresários, mas eles estão tomando contato com novas formas de produção, novos mercados”.



“Antes, não tinha nenhum pedacinho de terra para plantar um pouquinho de fumo, tirar o leite de uma vaquinha... A gente subia o morro e sobrava pra gente a terra onde o proprietário não conseguia pôr máquina. Ai, lá de cima do morro, a gente via a beleza do rio, mas o bolso da gente era sempre enxuto. Agora, não. A minha vida mudou 150%. A barragem transformou nossa vida, como um sonho. Meu pai viveu na beira do rio 60 anos sem ter luz elétrica dentro de casa. Então, não valia à pena a beleza do rio Canoas correndo na nossa frente com a gente vivendo tanta dificuldade. Quem necessitava da beira do rio, quem vivia da beira do rio, todo mundo saiu muito bem com a chegada a usina.”

Rogério Rosa, reassentado em Abdon Batista (SC), devido à construção da usina Campos Novos, que agora vive na casa (foto), projetada de acordo com o seu desejo e pintada na cor de sua escolha.

A economista vai além em sua análise: “A questão não é que existem coisas que o dinheiro não paga. Eu conversei com pessoas, com mães, com avós, que tiveram sua família desagregada, seus filhos indo embora, porque a região não dava nenhuma oportunidade de elas ficarem. Não foi o empreendimento que trouxe isso. Ao contrário, o empreendimento trouxe a oportunidade dessa mãe sair daqui e se juntar ao seu filho na cidade.”

“Existem idosos, sem condição de ficar na beira do rio, que querem realmente a oportunidade de ficar perto do filho, do neto, e não têm como ir”, conta Cassandra Gelsomino.

“Claro que se eu for aonde era minha casa e que, agora, é um prédio, eu posso sentir uma certa nostalgia. Mas quem

já não passou por isso?”, pergunta a economista. “Toda cidade é construída e reconstruída sempre. Qualquer espaço, seja na área urbana ou na área rural. Mudança faz parte da vida, da história. Não há nada estático. Existe um sentimento de perda que é mais forte para umas pessoas do que para outras. Mas não é um sentimento isolado. A transformação causada pelo empreendimento é feita dando algo em troca, algo bom, oportunidade de mudança sustentada, com título de propriedade que muitas famílias nunca tiveram, com cuidado social e psicológico”. ●

usina SOCIAL

O objetivo final é gerar energia, mas no meio do caminho se produz cidadania. Enquanto se constrói a barragem e se prepara o reservatório, a população começa a vislumbrar uma nova perspectiva de futuro, com acesso à saúde, à educação, à oportunidade de emprego, de renda... Mas existem os dois lados da balança.

UM LADO

- Quebra dos laços de vizinhança
- Redução, no curto prazo, do consumo no comércio local
- Desequilíbrio do mercado de trabalho informal, baseado nas relações de vizinhança
- Especulação imobiliária
- Sentimento de perda de vínculo com a natureza
- Quebra da cadeia comercial, à base de troca
- Mudança compulsória
- Comprometimento da atividade extrativista
- Desaquecimento da economia com a conclusão da obra

OUTRO LADO

- Crescimento da região e expansão econômica em nível local e nacional
- Novos postos de trabalho, novos consumidores
- Melhoria da qualidade de vida com acesso a serviços e campanha de saúde bucal e visual
- Mudança nas relações trabalhistas, com registro em carteira, salários e benefícios
- Aquecimento da economia local no médio prazo
- Aumento da circulação de moeda corrente
- Melhoria nas condições de habitação e saneamento básico
- Geração de impostos, permitindo ao município investir em obras sociais e de infra-estrutura
- Educação formal e profissionalizante para a população local
- Geração de energia para o Brasil
- Aumento do orçamento dos municípios, estados e União com a conclusão da obra (royalties) ●

uma história de INCLUSÃO

Nos últimos 125 anos, cerca de 200 mil famílias brasileiras tiveram de mudar de casa para, assim, garantir a geração de 76% de energia elétrica produzida hoje no país.

- 1883** • Entra em operação a primeira usina hidrelétrica do Brasil, Ribeirão do Inferno em Diamantina (MG), com 0,5 MW de potência. Apenas proprietários são indenizados com o alagamento de suas terras pela formação de reservatórios para geração de energia.
- 1960** • Criado o Ministério das Minas e Energia.
- 1973** • Criada a Secretária Especial de Meio Ambiente, hoje Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade.
- 1978** • Publicado, pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), “Reservatórios: Modelo Piloto Projeto Integral”, com as bases para a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental.
- 1981** • Aprovada a Lei 6938/81, a Política Nacional de Meio Ambiente, primeira lei específica sobre o tema.
- 1983** • Primeiro reassentamento em agrovilas, na Lagoa São Paulo, de famílias não proprietárias impactadas por hidrelétricas, antecipando o remanejamento necessário para a usina Porto Primavera (SP/MS), com potência de 1.540 MW. Nas agrovilas, a exploração da terra ocorre em lotes distantes das moradias. Posseiros, meeiros e arrendatários passam a ser indenizados quando do alagamento de terras por eles cultivadas.
- 1986** • Publicado o primeiro Plano Diretor para a Conservação e Recuperação do Meio Ambiente (PDMA) nas obras e serviços do setor elétrico.
 - Constituída a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (CRAB) para representar os 80 municípios atingidos pelas usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho (SC/RS), com respectivamente 1.450 e 1.140 MW de potência.
 - Criado o mecanismo de audiência pública na resolução nº1 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) para debate sobre o projeto de criação do empreendimento entre todos os interessados.
- 1987** • Elaborado o primeiro Plano Global de Remanejamento das Populações Atingidas pela usina hidrelétrica Itá (SC/RS), incluindo cadastro das famílias, reconstrução e o acréscimo de infra-estrutura e equipamentos sociais nos municípios envolvidos com a construção da usina.
 - Garantida, pela primeira vez, assistência técnica agrícola às seis 6 mil famílias reassentadas, em 126 agrovilas, devido à construção da usina hidrelétrica Itaparica, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), com 1.480 MW de potência.
- 1988** • Promulgada nova Constituição do Brasil, que institui a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica. Pela lei, as concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida à União, Estados e Municípios.
- 1996** • Estabelecida a necessidade de monitorar o desenvolvimento social e econômico dos reassentamentos, no Estudo de Impacto da usina hidrelétrica Porto Primavera.
- 1997** • Publicada a resolução 237, do CONAMA, com a revisão e complementação de procedimentos e critérios a serem utilizados no licenciamento ambiental.
- 1998** • Promulgada a Lei nº 9.605, sobre crimes ambientais, com penas administrativas e civis para pessoas jurídicas que tenham condutas e atividades contra o meio ambiente.
 - Extensão do crédito rural, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (taxa de juros baixa e seguro contra perda de safra agrícola), para reassentados do setor elétrico. O primeiro a obter este crédito foi o Reassentamento Fazenda Santo Antônio (Caiuá/SP), formado com a construção da usina hidrelétrica Porto Primavera.
- 2003** • Constituído o primeiro Foro de Negociação, em Tocantins, para a construção da usina hidrelétrica Peixe Angical. Sob a coordenação do IBAMA, lideranças locais, Ministério Público, Ministério das Minas e Energia e representantes da Enerpeixe (consórcio responsável pela usina) buscam soluções de consenso para as questões relacionadas ao reassentamento de populações.
- 2005** • IBAMA exige a elaboração de Planos de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR) para os reassentamentos implantados pela usina hidrelétrica Peixe Angical (TO), com diagnóstico socioambiental e econômico das famílias em seu local de origem e plano de ação com os projetos de interesse para o novo local onde as pessoas vão viver, e ações de assistência técnica que respeitem a tradição de cultivo de cada família.
- 2006** • Usina hidrelétrica Campos Novos (SC) e Sebrae fazem parceria inédita no setor, criando o Fundo de Desenvolvimento Rural, com oferta de crédito para financiar produtores da região, a partir de recursos repassados a fundo perdido pela usina. A proposta é que os recursos repassados retornem ao Fundo e sejam direcionados para o financiamento de novos projetos, de modo a viabilizar a permanência desses produtores no campo, agregando valor aos produtos característicos da região e estimulando o empreendedorismo em atividades que fazem parte do cotidiano local. ●